

# A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA: ASPECTOS DESSA EXPERIÊNCIA

*Maria Noalda Ramalho<sup>1</sup>  
Maria Aparecida Barbosa Carneiro<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este artigo discute a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Brasil. O Programa intitulado Tutoria Especial, desenvolvido por esta universidade, possibilita o acompanhamento pedagógico de discentes com necessidades educacionais especiais, através dos designados Tutores Especiais, os quais são contemplados pela UEPB com uma bolsa de incentivo através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. O Tutor Especial faz uso de metodologias que possibilitam o acompanhamento individualizado, utilizando tecnologias que facilitam o acesso do tutorado às informações, com recursos de informática, leitura e escrita em braile, além de tradução dos conteúdos em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

**Palavras-chave:** Tutor; Necessidades Educacionais Especiais; Inclusão.

## REFLEXÕES INICIAIS

Este artigo versa sobre a experiência que vem sendo desenvolvida pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no tocante à atenção aos seus alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Esta iniciativa da referida Instituição de Ensino Superior (IES) emanou da sua necessidade de criar mecanismos de atendimento a um tipo de alunado dito “especial” que já estava incorporado ao seu corpo discente; necessitando, portanto, de condições de permanência na academia para a conclusão de seus estudos em nível superior.

A intenção deste artigo, além da exposição dos aspectos dessa pioneira experiência no Estado da Paraíba, é explorar uma temática relativamente nova no meio acadêmico e científico do país, dado ao fato da inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais nas nossas universidades ainda se constituir como algo considerado recente no processo histórico da educação brasileira.

Sendo assim, esperamos que as reflexões geradas acerca da questão apresentada contribuam com novos elementos para a produção de conhecimento acerca da temática ora em estudo; pois alimentamos o desejo de colaborar para que a meta de conquistar a educação inclusiva torne-se um projeto comum a todos que se preocupam com a justiça e a igualdade entre os homens.

Para a realização da exposição dos aspectos da experiência do Programa de Tutoria Especial será evidenciada, antes de tudo, a trajetória das práticas educacionais voltadas para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, apresentando todo o percurso atravessado para se chegar à discussão contemporânea da educação inclusiva.

---

*1* Doutoranda em Educação. Professora da Universidade Estadual da Paraíba.

*2* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora e Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual da Paraíba.

## RESGATE HISTÓRICO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Ao longo da história, o atendimento educacional prestado às pessoas com necessidades educacionais especiais atravessou diferentes estágios, que vão desde a exclusão até o atual modelo de educação inclusiva. Vale ressaltar que as conquistas alcançadas são fruto de lutas travadas pelos profissionais da área, familiares, como, também, pelo esforço, garra e determinação do referido grupo social. Isto confirma a idéia de Bobbio (1992) quando nos diz que, os direitos humanos são direitos históricos que surgem das lutas que o homem enfrenta por sua própria emancipação.

Na reflexão de Sassaki (1997), no longo percurso do atendimento educacional aos alunos ditos “especiais”, temos inicialmente a chamada fase de exclusão, marcada pela prática total da negligência, onde as referidas pessoas, desprovidas de qualquer forma de atenção, inclusive a educacional, eram até mesmo consideradas templo do demônio.

Devido a essa exclusão praticada pela sociedade e pela família, vão surgindo as instituições especializadas para esse público sem espaço social. Nessa fase, com a criação de unidades de ensino especiais, ocorre a chamada prática da segregação, onde os discentes com necessidades educacionais especiais começam a receber um certo tipo de atendimento na área da educação, porém, em espaço físico isolado e separado dos ditos “normais”.

Posteriormente a essa fase da segregação, é levantada a bandeira do movimento de integração escolar. Nesse momento, há um chamamento para que o alunado com necessidades educacionais especiais seja inserido no sistema de ensino comum. Entretanto, a integração desses alunos na comunidade escolar ainda evidencia limitação, uma vez que a mesma ocorre não em turmas regulares, mas em salas especiais criadas dentro das instituições educacionais para atender a essa demanda. Assim, mesmo com a integração, a falta de acesso a um atendimento educacional justo e igualitário para os estudantes que apresentam deficiência ainda continuou vigorando.

A discussão e os questionamentos levantados sobre as limitações da integração escolar, enquanto proposta de prática social voltada para “integrar” no sistema de ensino aqueles que estão excluídos do meio escolar, levou ao alvorecer de uma nova proposta, que aponta para um sistema educacional totalmente modificado e adaptado para atender nas salas de aulas comuns alunos com necessidades educacionais especiais. Desta maneira, temos o surgimento da chamada educação inclusiva, embasada teoricamente pelo paradigma da inclusão social, o qual reflete o modelo social da deficiência que defende que os problemas das pessoas com necessidades especiais não estão nelas tanto quanto estão na sociedade, a qual é chamada a valorizar cada pessoa, criando espaços e dando condições físicas e sócio-econômicas para que todos possam gozar plenamente de iguais oportunidades de participação.

A proposta da educação inclusiva sugere uma nova escola, aberta a todos os alunos. Assim, a escola inclusiva apresenta como principal desafio educar a todos, sem discriminação, respeitando a diversidade, as diferenças e as necessidades de cada aluno. Nesse sentido, Werneck (1997, p.53) afirma que

*A inclusão exige uma transformação da escola, pois defende a inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades. A inclusão exige rupturas. No sistema educacional da inclusão cabe à escola se adaptar às necessidades dos alunos e não aos alunos se adaptarem ao modelo da escola.*

A filosofia da educação inclusiva está respaldada na “Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e prática na Área das Necessidades Educativas Especiais” e no “Enquadramento de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”. Os referidos documentos foram fruto das discussões travadas na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, promovida em Salamanca pelo Governo da Espanha em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no período de 7 a 10 de junho de 1994.

Segundo a UNESCO (1994), estes dois documentos estão

*.inspirados pelo princípio da inclusão e pelo reconhecimento da necessidade de atuar com o objetivo de conseguir “escolas para todos” – instituições que incluam todas as pessoas, aceitem as diferenças, apóiem a aprendizagem e respondam às necessidades individuais. Como tal constitui uma importante contribuição ao programa que visa a Educação para Todos e a criação de escolas com maior eficácia educativa.*

Na legislação brasileira, a semente da defesa pela educação inclusiva encontra-se na Constituição Federal de 1988; pois a mesma, além de prevê, no seu Artigo 205, o direito de todos à educação, já garante, no Artigo 208, inciso III, “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”; o que já sugeria modificações estruturais para as unidades de ensino comuns e especiais do país.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei Nº 9.394 de 20/12/96), também estabelece que devem ser ofertados aos alunos com necessidades especiais serviços de apoio pedagógico especializado, como forma de suplementar o trabalho oferecido nas salas de aula regulares. A referida LDB, reservando todo o seu Capítulo V para a educação especial, definiu a mesma como uma modalidade de educação escolar; isto é, a educação especial deixou de ser tratada como um atendimento paralelo, em espaço segregado, que impedia a inclusão, para passar a ser um atendimento penetrado em todos os níveis de ensino das instituições escolares. Nessa direção, Alves & Gotti (2007, p.75). afirmam que, com a LDB,

*a educação especial, por sua vez, converte-se em uma modalidade transversal de educação escolar que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação, por meio da realização do atendimento educacional especializado, definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, orientando e colaborando com a educação regular comum, em benefício de todos.*

Segundo o que nos apresenta o Ministério da Educação, “a partir da Constituição Federal de 1988 e da LDBN/1996, cabe à Educação Especial e a seus professores a realização desse atendimento e continuar presente em todos os níveis de ensino – do básico ao superior, como uma modalidade de ensino” (Brasil, 2005, p. 26). Cabe ressaltar que as idéias defendidas pela LDB foram reforçadas pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (instituída pela RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001), as quais também se apresentam como um dispositivo favorável ao processo de efetivação da educação inclusiva.

A construção do discurso de inclusão reflete uma nova formação discursiva. Conforme Orlandi (2002), são duas as condições de produção do discurso, a saber, o sujeito e a situação. Além disto, interfere na produção do discurso o contexto sócio-histórico mais amplo em que este discurso

é produzido. Foram as combinações destes fatores acima enunciados que criaram as condições para que o discurso de integração fosse substituído pelos saberes e fazeres das práticas inclusivas.

Foi, exatamente, com a preocupação de cumprir a legislação vigente em relação ao oferecimento de um tipo de atendimento especializado aos seus alunos especiais, que a UEPB criou o Programa de Tutoria Especial com o desejo de que este serviço contribua, de maneira complementar, à sala de aula comum, para a construção dos seus conhecimentos e concretização de seus estudos em nível de graduação. Dessa maneira, a adoção do modelo da Tutoria Especial justifica-se; pois esse Programa é um tipo de serviço de apoio pedagógico especial que contribui, de forma complementar, para o trabalho realizado nas classes regulares dos cursos de graduação da UEPB.

### **A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE TUTORIA ESPECIAL DA UEPB**

Em sintonia com a nova proposta da educação inclusiva, a UEPB, a partir do ano de 2005, começou a pensar numa forma de melhor atender aos seus alunos com necessidades educacionais especiais, já que estes já estavam presentes na IES e necessitados de uma melhor atenção. Assim, em 2006, de acordo com os pressupostos da legislação vigente, a UEPB criou o Programa de Tutoria Especial para facilitar o acesso e a permanência destes discentes na academia.

Coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC), o Programa de Tutoria Especial foi criado através da Resolução/UEPB/CONSEPE /013/2006, tendo como fonte inspiradora a experiência que vinha sendo desenvolvida pelo Curso de Serviço Social da própria IES desde o ano de 2001. De acordo com a referida Resolução, o Programa de Tutoria Especial tem por objetivo oferecer assistência pedagógica ao aluno com necessidades especiais, especificamente com deficiências física, mental, auditiva, visual e múltiplas, matriculado em cursos de graduação da UEPB, assim como proporcionar ao aluno Tutor experiências que contribuam para o seu processo de formação. A metodologia utilizada pelo mencionado Programa começa por selecionar estudantes, regularmente matriculados em cursos de graduação da UEPB, para a função de Tutor Especial, os quais, após uma capacitação e serem contemplados pela UEPB com uma bolsa de incentivo através da PROEAC, passam a cumprir uma carga horária de doze horas semanais para fornecer auxílio pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais que estudam na UEPB. Os referidos Tutores, sob a orientação de um professor determinado pela PROEAC, prestam um atendimento especializado individualizado aos referidos alunos, através de: auxílio em tarefas pedagógicas e científicas, auxílio em trabalhos práticos experimentais, apoio e orientação em seus estudos e trabalhos teóricos e práticos.

Ao longo de sua existência, o Programa de Tutoria Especial da UEPB atendeu a alunos com necessidades educacionais visuais, auditivas, mentais (leves) e físicas, distribuídos nos cursos de Pedagogia, Geografia, História, Comunicação Social, Serviço Social, Direito e Filosofia.

O processo pedagógico de acompanhamento do aluno com necessidades educacionais auditivas, pelo Tutor Especial, deu-se pela utilização da seguinte metodologia: tradução dos conteúdos em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), bem como apoio aos citados alunos para a aprendizagem e utilização desta Língua; pois é fundamental para a superação das dificuldades de alguém com necessidades especiais auditivas, transpor a barreira da linguagem. Desta forma, o aluno especial, ao ter acesso a LIBRAS, encontra uma forma de comunicar-se com o mundo externo; pois uma “pessoa pode expressar sentimentos e idéias com sinais, muito mais que, com símbolos convencionais de

comunicação” (Anderson & Carter, 1974, p. 33). Outra atribuição do Tutor Especial que acompanha o aluno surdo é facilitar a comunicação entre esse aluno e os seus professores, assim como apoiá-lo na construção e defesa do Trabalho Acadêmico Orientado de Conclusão de Curso (TAO), imprescindível à obtenção do título de graduação em qualquer curso da UEPB.

No que diz respeito ao acompanhamento do aluno com necessidades educacionais visuais, o Tutor Especial desenvolve metodologias que incluem a gravação de textos didáticos e de aulas, que depois são entregues ao tutorado. Em outra situação, os textos gravados, de autoria do próprio aluno especial, são transcritos e digitados pelo Tutor, permitindo ao primeiro cumprir as exigências da avaliação acadêmica. Também compete ao Tutor facilitar o acesso do aluno com necessidades educacionais visuais às tecnologias assistivas, como no caso da utilização dos softwares especiais. As demais atividades exercidas pelo Tutor, como encontros para estudo de conteúdos de provas; visitas à biblioteca para realização de pesquisas bibliográficas; apoio na elaboração do TAO e na leitura e escrita em braile contribuem para a permanência desse corpo discente especial no ensino superior.

Quanto ao atendimento individualizado aos alunos que apresentam necessidades educacionais mentais e físicas, ocorreu o apoio pedagógico em suas tarefas acadêmicas, dependendo da demanda apresentada pelos referidos alunos.

Miranda (2007) destaca que o apoio prestado aos alunos com necessidades educacionais especiais é importante “para que superem as dificuldades acadêmicas e pessoais e participem ativamente da construção de sua autonomia e do seu saber profissional” (p. 121).

O Programa de Tutoria Especial promoveu, através da sua coordenação, articulação com as instituições: Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência (FUNAD), instituição governamental responsável pela execução da política de atenção às pessoas com necessidades especiais no Estado da Paraíba; Instituto dos Cegos de Campina Grande; Escola de Audiocomunicação de Campina Grande (EDAC). Estas articulações deram-se em nível de suporte às ações do Programa de Tutoria Especial; pois cada instituição, acima referendada, é responsável pela definição e execução de uma política de atendimento às pessoas com necessidades especiais.

Além destes órgãos que estão na esfera de atendimento, fora da UEPB, o Programa de Tutoria Especial é apoiado internamente pelo Núcleo de Educação Especial (NEDESP); pelos Projetos de Extensão coordenados por professores pesquisadores e extensionistas do corpo docente da UEPB, os quais permitem uma troca de saberes e fazeres que ajudam na produção do conhecimento sobre a educação especial, e pela Comissão de Vestibulares da própria universidade (COMVEST), que atende de forma diferenciada em salas especiais, no citado Exame, os candidatos surdos e com necessidades educacionais visuais, através da disponibilização dos “fiscais especiais”, que são os letores para os candidatos com deficiência visual e os intérpretes de LIBRAS para os candidatos surdos.

A iniciativa do Programa de Tutoria Especial posta em prática pela UEPB tem se constituído em uma ação pioneira dentre as universidades paraibanas. Apesar de a mesma representar um grande avanço para essa IES, no tocante à criação de um serviço de apoio aos seus estudantes com necessidades educacionais especiais, ainda há muito a fazer e a realizar para que essa experiência se desenvolva e se fortaleça frente aos obstáculos e às dificuldades ainda impostas pelas barreiras econômicas, políticas e sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, a inclusão de discentes com necessidades educacionais especiais no ensino superior ainda se constitui em um desafio para a universidade pública brasileira, dado que experiências práticas, do tipo desta desenvolvida pela UEPB, ainda estão acontecendo de forma incipiente em nosso país. O que se verifica é que apenas a partir da década de 1990 é que começam a surgir os dispositivos legais que amparam questões relativas ao ingresso desse alunado nos cursos de graduação; a exemplo da Portaria MEC nº 1.793/1994, do Aviso Circular nº 227 MEC/GM e da Portaria MEC nº 1.679/1999.

A presença dos aparatos legais, por si só, não garante a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais nas universidades. Desta maneira, os mesmos necessitam ser apoiados por políticas públicas de educação, que venham contribuir para que o espaço da academia se torne inclusivo. Conforme Moreira (2005, p.43),

*Uma educação que prime pela inclusão deve ter, necessariamente, investimentos em materiais pedagógicos, em qualificação de professores, em infra-estrutura adequada para ingresso, acesso e permanência e estar atento a qualquer forma discriminatória. Para tanto, urge a implementação de políticas educacionais que explicitem em seus programas de governo, sobretudo, de que forma as universidades públicas poderão buscar recursos financeiros para equiparar adequadamente as necessidades dessa demanda.*

Desta forma, espera-se que muitos esforços sejam despendidos para que se conquiste de forma mais contundente a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior. O que se constitui em mais um passo dado no álbum das conquistas dessa parcela da sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Denise de Oliveira; GOTTI, Marlene de Oliveira: "Atendimento Educacional Especializado – Concepção, princípio e aspectos organizacionais". In: *Ensaio Pedagógico: Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2007.
- ANDERSON, Ralph E.; CARTER, Irl E.: *Human Behavior in the Social Environment*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1974.
- BOBBIO, N.: *A Era dos Direitos*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL, *Constituição Federal Brasileira*. Brasil, 1988.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, Brasília, 2001.
- \_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Brasil.1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994*. Recomenda a inclusão da disciplina ou inclusão de conteúdo sobre aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais em cursos de graduação, Brasília, DF, 1994.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Aviso Circular nº 277/MEC/GM*, de 8 de maio 1996. Dirigido aos Reitores das IES, solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais, Brasília, DF, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Portaria nº 1.679, de 2 dezembro de 1999*. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, Brasília, DF, 1999. Seção 1E, p.20.
- MIRANDA, Theresinha Guimarães: A inclusão de pessoas com deficiência na universidade .In JESUS, Denise; BAPTISTA, Cláudio.; BARRETO, Maria A. e VICTOR, Sonia (orgs.): *Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. Porto Alegre: Mediação, 2007, pp. 120-131.

- MOREIRA, Laura Ceretta: In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 2, n. 25, p. 37-48, 2005.
- ORLANDI, Eni P.: *Análise do Discurso*. Campinas: Editora Pontes, 2002.
- SASSAKI, Romeu Kazumi: *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 2ª ed., Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- UNESCO: *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca: 1994.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA: Resolução/UEPB/CONSEPE/013/2006.
- WERNECK, Cláudia: *Ninguém mais vai ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

#### ABSTRACT

*This article discusses the inclusion of students with special educational needs in the Universidade Estadual da Paraíba - Brazil. This special program called Special Tutor, means that a student accompanies other one who has some special needs in their educational activities. The responsibilities of the Tutor are to develop activities in supporting the special student's educational process. As an incentive, the Tutor receives a scholarship from the Pro-Rectorate of Extension and Community Affairs. The coach uses special methodology that allows monitoring the performance of the student with disability. In addition to individual monitoring, the coach uses technologies that facilitate access to information of the custodian of resources with computers, reading and writing in braille, besides translation of content in Brazilian Sign Language (LIBRAS).*

*Key words: Tutor; Special Educational Needs; Inclusion.*